

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO - PR - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2016 A JUNHO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>1</sup>
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.991.946,73	82.400,44
Pessoal Ativo	12.561.051,84	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	101.427,36	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	363.076,82	41.549,64
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	966.390,71	40.850,80
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II)(§ 1º do art. 19 da LRF)	95.552,21	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	95.552,21	-
Pensionistas	5.965,95	-
IRRF	89.586,26	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.896.394,52	82.400,44

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	35.524.470,72	-
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§13, art. 166 da CF)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	35.524.470,72	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	13.978.794,96	39,35
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	19.183.214,19	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	18.224.053,48	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	17.264.892,77	48,60

**Nota Explicativa:**

Demonstrativo emitido de acordo com a metodologia de cálculo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR quanto a apuração dos limites de Gastos com Pessoal estabelecidos pela Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Secretaria de Finanças, 28/Jul/2017, 09h e 35m.